

Choque e Concerto

Edward J. Amadeo
José Márcio Camargo ¹

1. Introdução

Recentemente, foram implementados na Argentina, Brasil, e Perú, planos de estabilização econômica baseados em um tipo peculiar de política de rendas, cuja principal característica é o congelamento generalizado de preços e, exceto no caso do Brasil, de salários. O recurso ao congelamento como instrumento básico de política deu a estes planos um caráter pouco ortodoxo -- daí o termo 'Choque Heterodoxo' utilizado para englobá-los em um só conjunto.

Entre os aspectos comuns, destacam-se o fato de que todos eles pretendiam reduzir, drástica e rapidamente, taxas de inflação elevadas (entre 300% e 1000% ao ano) a níveis considerados 'razoáveis' (no limite, falava-se em inflação zero), assim como, a percepção de que o componente inercial era a principal força geradora da inflação.

Apesar dos aspectos comuns, diferenças significativas no que se refere ao manejo das políticas monetária e fiscal, e à forma como os diferentes atores sociais (empresários, trabalhadores e governo) foram chamados à intervir antes e depois de implementado o programa, são de fundamental importância para se entender os resultados obtidos em cada país.

Ao mesmo tempo, o Uruguai adotava uma política de combate à inflação baseada em negociações centralizadas entre trabalhadores, empresários e governo, sendo as políticas monetária e fiscal utilizadas para garantir o processo de negociação, enquanto Israel adotava uma política que combinava congelamento de preços e salário com negociações entre governo, trabalhadores e empresários, além de políticas fiscal e monetária restritiva, para garantir a estabilidade do programa.

Em outro trabalho (Amadeo & Camargo, 1988a) os autores desenvolvem um modelo no qual buscam relacionar demanda agregada, conflito distributivo e inércia para entender o processo inflacionário. Aqui, o modelo é utilizado para analisar os efeitos sobre o funcionamento da economia dos chamados choques

¹Ambos do Departamento de Economia da PUC/RJ. Os autores agradecem os comentários e sugestões de Marcello Estevão, e dos participantes dos seminários apresentados na PUC/RJ, WIDER/UNU. PREALC/OIT, especialmente Norberto Garcia e Stephen Marglin.

heterodoxos, o papel a ser desempenhado pelas políticas de demanda e pelas negociações entre os atores sociais ao longo da implementação de programas de estabilização.

O artigo começa por descrever de forma resumida o modelo teórico e, a partir dos resultados obtidos, examina o processo de aceleração inflacionária, a relação entre as noções de inércia e conflito distributivo, o papel da negociação e da política de demanda e as complicações introduzidas em políticas de rendas pela heterogeneidade dos mercados de produto e de trabalho.

2. Ativismo Sindical e Inflação: um resumo do modelo teórico ¹

Este modelo tem como principal objetivo analisar a relação entre demanda agregada, indexação e conflito distributivo. Supõe-se uma economia com dois grupos sociais, trabalhadores e empresários, cujos processos de formação de rendas estão associados à capacidade que têm de afetar a taxa de variação dos salários nominais e das margens de lucros. Por outro lado, o equilíbrio no mercado de bens é representado pela igualdade entre poupança e investimento dando origem a uma curva de equilíbrio de demanda. Esta curva fornece, implicitamente, o comportamento do Estado como gerenciador das políticas de demanda na economia.

O modelo parte da hipótese Keynesiana por excelência de que aos sindicatos cabe negociar apenas os salários nominais sendo os salários reais o resultado da combinação do que foi obtido pelos trabalhadores nesta negociação e do processo de fixação de preços por parte das empresas. Este último, por seu turno, depende do poder de repasse aos preços finais dos aumentos de custos, que no caso aqui discutido inclui apenas salários. O poder de repasse depende do contexto concorrencial e institucional em que as firmas operam. Por hipótese, firmas operando em mercados concentrados têm total poder de repasse, enquanto firmas operando em mercados competitivos têm este poder afetado pelas condições vigentes no mercado de produto (excesso de oferta ou de demanda). No agregado, como a economia é composta destes dois tipos de mercados, o poder de repasse depende do nível de demanda em relação ao nível de oferta existente.

A determinação da taxa de variação dos salários nominais tem um componente inercial (v) e outro associado ao poder de barganha de trabalhadores e empresários (g):

¹Este modelo foi originalmente apresentado em Camargo (1987) e depois desenvolvido em Amadeo & Camargo (1988a). Os autores agradecem ao PREALC/OIT e à WIDER/UNU o suporte financeiro fornecido para o desenvolvimento destes trabalhos. Para os leitores interessados em maiores esclarecimentos sobre o modelo (derivações, condições de estabilidade, etc.) os autores terão prazer em prover os trabalhos originais.

$$w = v(p-1) + g(\dots)$$

onde w é a taxa de variação dos salários nominais, v é o indexador oficial (que pode ou não corresponder à inflação no período anterior ²⁹), g é a função de poder de barganha. Evidentemente, g pode assumir valores positivos ou negativos, casos em que os salários crescerão mais ou menos, respectivamente, que o indexador oficial.

A função g pode ser dividida em dois componentes, o poder de mobilização dos sindicatos (f) e o poder de repasse dos aumentos de custos aos preços finais dos produtos (h). O poder de mobilização dos sindicatos depende de três fatores:

- Das condições vigentes no mercado de trabalho:

quanto menor for a demanda por trabalho em relação à oferta, mais alta a taxa de desemprego, maior o custo para os trabalhadores de ficarem desempregados e mais dificuldade terão os sindicatos para mobilizar os trabalhadores no processo de barganha salarial. Note que a taxa de desemprego aberta é apenas um indicador das condições do mercado de trabalho. Outras variáveis podem ser importantes, como a expectativa de aumento da taxa de desemprego, a percentagem de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, etc. Porém, este conjunto de variáveis será representado no modelo pela taxa de desemprego aberta. Além disso, o desemprego é em si um fator desarticulador do movimento trabalhista pela clivagem de interesses que estabelece entre trabalhadores empregados e desempregados. Assim, quanto mais alta a taxa de desemprego, menor o ativismo sindical e menor o poder de barganha dos sindicatos.

- Do salário real corrente:

tudo o mais constante, quanto menor o salário real médio maior a insatisfação dos trabalhadores, e maior a capacidade dos sindicatos de mobilizá-los no processo de barganha. Dito de outra forma, quanto maior a diferença entre o salário real desejado e o salário real corrente (o 'hiato de aspiração'), maior a insatisfação, maior o ativismo. Assim, quanto menor o salário real, ceteris paribus, maior o poder de barganha dos sindicatos. Neste trabalho, supõe-se constante o salário real desejado e sendo o hiato de aspiração um indicador da insatisfação dos trabalhadores com o salário real corrente e, assim, do grau de conflito distributivo.

- De um vetor de variáveis institucionais:

estas variáveis incluem o contexto político e seu efeito sobre a atuação dos sindicatos, a estrutura organizacional do movimento sindical, o grau de centralização do processo de barganha salarial, etc.

²⁹Se o indexador corresponde à inflação no período anterior, então $v(p-1) = p-1$.

³⁰O salário real desejado cumpre neste modelo um papel semelhante ao do salário de subsistência na Economia Política Clássica.

³¹A análise destas variáveis e seus efeitos na condução da política econômica e performance macroeconômica são objeto de outra linha de pesquisa desenvolvida pelos autores. Ver Amadeo & Camargo (1988b, c, d, e).

O grau de ativismo sindical pode ser representado formalmente como:

$$f = f(u, R - W, q)$$

onde

u = taxa de desemprego;
 R = salário real desejado;
 W = salário real efetivo;
 q = vetor de variáveis institucionais.

Em princípio, supõe-se que a capacidade de repassar os aumentos de custos aos preços finais dos produtos se reduz com o aumento do grau de ociosidade das empresas e que esta seja diretamente relacionada ao crescimento da taxa de desemprego. Portanto, quanto maior a taxa de desemprego menor o poder de repasse dos aumentos de custos aos preços finais dos produtos. Outros fatores de caráter estrutural afetam esta relação, como o grau de concentração do mercado de produto, o grau de abertura comercial da economia, etc. Portanto,

$$h = h(u, G, A)$$

onde

G = grau de concentração,
 A = grau de abertura comercial.

Por uma questão de simplicidade algébrica, supõe-se que o poder de repasse seja uma função apenas da taxa de desemprego. Ao longo do artigo, será adotada a hipótese de que em condições normais de funcionamento da economia, $0 < h < 1$, ou seja, como existem setores competitivos e oligopolizados na economia, para seu conjunto, o poder de repasse está entre zero e 1.

Dado o contexto concorrencial e institucional, as firmas formam uma expectativa do poder de repasse dos custos aos preços, e quanto maior a capacidade de repasse, mais tolerantes ou lenientes serão no processo de barganha salarial. Portanto, quanto maior o poder de repasse esperado, maior a capacidade dos sindicatos de influenciar a determinação dos salários nominais. Estes dois componentes, em conjunto, definem a função g de poder de barganha.

$$1. \quad g = g[f(u, R - W, q); h(u)]$$

Nesta equação, tem-se

$$\begin{aligned} \partial g / \partial u &< 0 \\ \partial g / \partial W &< 0 \end{aligned}$$

A taxa de variação dos salários nominais é dada por:

$$w = v(p-1) + g[f(u, R - W, q); h(u)]$$

A taxa de inflação depende da taxa de variação dos salários nominais e do poder de repasse. Supondo que a parte do reajuste de salários que decorre da política salarial (v) é automaticamente repassada aos preços, a diferença entre a taxa de inflação e esta parte do reajuste de salários será dada pelo poder de repasse multiplicado pelo poder de barganha. Portanto,

$$2. \quad p - v(p-1) = h(u) \cdot g[f(u, R - W, q); h(u)]$$

ou seja, se $h > 0$, a taxa de inflação se acelera quando $g > 0$ e desacelera quando $g < 0$.

Dadas as equações de variação do salário nominal e da taxa de inflação, pode-se derivar as seguintes equações para a variação das margens de lucro (m) e salário real (r):

$$3. \quad m = (h-1) \cdot g[f(u, R - W, q); h(u)]$$

$$4. \quad r = (1-h) \cdot g[f(u, R - W, q); h(u)]$$

A partir das equações 1 a 4, pode-se definir as noções de equilíbrio inflacionário e distributivo, associadas ao caso em que $g = 0$. Neste caso, $p = v(p-1)$ e $m = r = 0$, vale dizer, taxa de inflação é constante e a distribuição da renda não muda com o processo inflacionário.

A situação de equilíbrio inflacionário e distributivo é especialmente interessante como ponto de referência para a análise teórica do processo inflacionário bem como para inferências sobre a eficácia de planos de estabilização. No espaço (u, W) há um conjunto de curvas de nível, cada uma associada a um dado valor de g . Estas curvas são decrescentes neste espaço pois, dada a taxa de desemprego, um aumento do salário real reduz o poder de mobilização dos sindicatos, o que levaria a uma redução de g . Para que este permaneça constante, será necessário que a taxa de desemprego caia. Em particular, supõe-se que exista uma curva ao longo da qual $g = 0$, como na figura 1. Na região acima desta curva, $g < 0$, o oposto ocorrendo na região abaixo da curva.

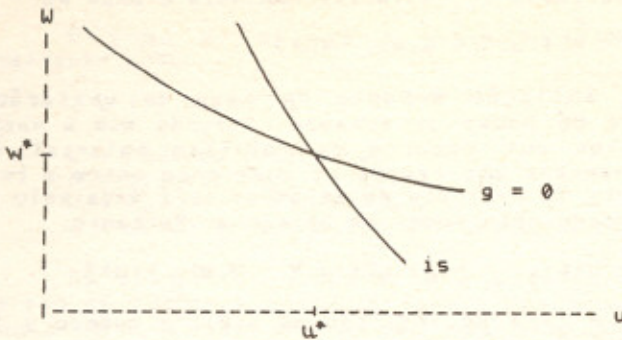


Figura 1

Para completar o modelo, é necessário desenvolver o comportamento do mercado de produto. Para isto, supõe-se uma curva de equilíbrio neste mercado, segundo a qual investimento e poupança, ambos como proporção do produto potencial, são iguais:

$$5. \quad i(u, W) = s = d(1-u)$$

onde $i = I/X^*$, I é o investimento real e X^* o produto potencial,
 $s = S/X^*$ e S é a poupança agregada em termos reais,
 $d = s_k - (s_k - s_w)Wb$ onde $b = N/X$, N é o nível de emprego e X o nível de produção; supõe-se que $s_k > s_w$.

Por hipótese, supõe-se que os empresários investem mais quanto maior o lucro por unidade vendida (quanto menor o salário real corrente W) e quanto maior o nível de atividade (quanto menor a taxa de desemprego u). A curva 'is' na figura 1 está definida para um dado conjunto de parâmetros das funções de poupança e investimento. ⁴ O ponto de equilíbrio entre as curvas $g = 0$ e is define endogenamente o salário real e o nível de desemprego. Respeitadas algumas condições (em especial, $h < 1$) fica garantida a convergência do sistema na direção do equilíbrio distributivo, inflacionário e de demanda. As setas na figura 1 indicam o comportamento das variáveis em cada uma das combinações de taxa de desemprego e salário real.

⁴Na figura 1 está representado apenas o caso 'kaleckiano' em que predomina o efeito via consumo dada uma mudança na distribuição da renda entre lucros e salários. De fato, a especificação da curva de investimento gera também um caso 'ortodoxo' em que a redução do salário estaria associada ao crescimento do grau de utilização e queda da taxa de desemprego.

3. Conflito e Inércia

Qualquer ponto sobre a curva $g = 0$ caracteriza uma situação de equilíbrio distributivo e inflacionário. Se o indexador é igual à taxa de inflação do período anterior, $v(p-1) = p-1$, a situação será também de inflação inercial. Evidentemente, se definimos conflito distributivo pelo tamanho do hiato de aspiração ($R - W$), cada ponto da curva $g = 0$ estará associado a um grau diferente de conflito. Assim, dado o salário desejado R , há um conjunto contínuo de situações de inflação inercial, cada uma associada a um grau de conflito diferente. A figura 2 ilustra este argumento.

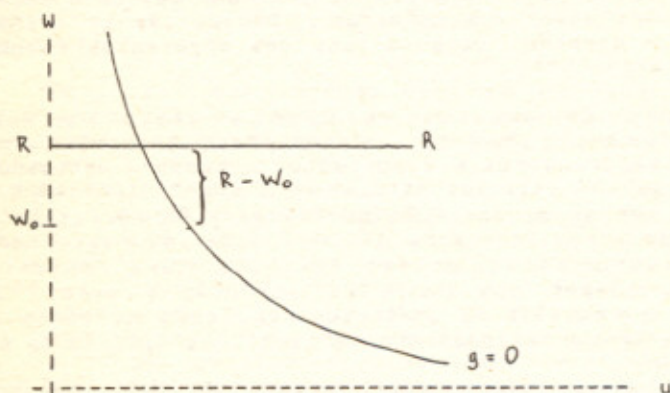


Figura 2

No modelo desenvolvido, não é necessariamente verdade que uma situação de equilíbrio inercial exclui a existência de conflito. O conflito pode estar presente mas de forma latente no sentido de que não se manifesta sobre a taxa de inflação. Isto significa também que as situações de equilíbrio inercial são sensíveis a choques pois o menor deles é capaz de tornar o conflito ativo. Mais que isto, esta análise indica que a existência de conflito distributivo é perfeitamente compatível com taxas de inflação constante e não só com um processo explosivo de inflação, isto é, com a tendência à hiperinflação.

4. Demanda, Congelamento e Pactos Sociais /⁷

A relação entre as noções de inércia e conflito examinada na seção anterior é especialmente interessante no âmbito de uma discussão sobre congelamento não negociado e inesperado de preços e salários e de políticas anti-inflacionárias baseadas em pactos sociais. Em primeiro lugar, congelamentos de preços e salários têm o efeito de aumentar o nível de demanda agregada na economia, fazendo com que esta saia da posição de equilíbrio inercial que porventura se encontrasse antes de sua implementação. Por outro lado, desloca a curva de equilíbrio de demanda, devido a mudanças de expectativas dos agentes econômicos. Vários são os trabalhos que apontam nesta direção, sendo alguns dos argumentos comumente apresentados os seguintes. /⁸

O aumento de demanda se deve ao fato de que um congelamento, principalmente em sua fase inicial, provoca crescimento dos salários reais e portanto do consumo agregado. Em uma economia em que os salários estejam mensalmente indexados, uma redução da taxa mensal de inflação de 20% para 0% por cento gera um crescimento de aproximadamente 10% dos salários reais médios. Este efeito é maior no caso das famílias mais pobres cuja capacidade de proteger sua renda da inflação é menor. Se a economia estava em equilíbrio inflacionário, como no ponto A da figura 3, ter-se-ia um deslocamento vertical, na direção do ponto A'.

Além disto, o congelamento provoca um deslocamento da curva is através de seu efeito sobre as expectativas. Os agentes mais pessimistas com os resultados do plano passam a antecipar seus gastos (de consumo, estoques, etc.) independente de mudanças nos seus níveis de renda real. Também os otimistas passam a gastar mais pois acreditam no sucesso do plano o que significa uma redução no grau de incerteza cujas implicações são: crescimento da 'renda permanente' principalmente para aqueles que têm mais dificuldades de proteger suas rendas e riquezas contra a inflação e melhores condições na avaliação dos riscos envolvidos na decisão de investir. Estes fatores tendem a aumentar o nível de demanda agregada, reduzir a taxa de desemprego e tirar a economia da posição de equilíbrio na qual se encontrava.

O efeito sobre a posição da curva $g = 0$ também é importante. Um congelamento, acompanhado de um aparato de controle de preços, reduz drasticamente a capacidade de repasse das firmas, (principalmente nos setores mais oligopolizados e nas grandes empresas, onde o controle é mais efetivo), reduzindo a variável h para qualquer taxa de desemprego. Isto torna mais dura a posição

⁷ A análise desenvolvida nesta seção se refere ao caso 'kaleckiano', em que a curva is é negativamente inclinada no espaço (u, W) , que os autores consideram mais relevantes para o caso brasileiro. Os resultados seriam diferentes caso a curva de equilíbrio de demanda tivesse inclinação positiva. Ver Amadeo & Camargo, 1988a.

⁸ Ver Amadeo & Camargo, op.cit. 1988a; Ross 1988, entre outros.

das firmas no processo de negociação salarial e desloca a função poder de barganha. Do ponto de vista formal ocorre um deslocamento para a esquerda da curva $g = 0$, como representado na figura 3.

A análise da noção de inflação inercial e dos efeitos potenciais de um congelamento sobre o nível de demanda agregada e sobre a função poder de barganha indica que, ao contrário do que se supõem usualmente, a inflação não é neutra: a inércia transforma-se em conflito ativo, e o equilíbrio em desequilíbrio. Neste contexto, como será visto a seguir, as políticas de demanda têm um papel fundamental a cumprir. Sua função é manter a demanda agregada em níveis compatíveis com uma situação de equilíbrio inflacionário e distributivo, ao longo do programa de estabilização.

Políticas anti-inflacionárias baseadas em negociações entre empresários, trabalhadores e governo (pactos sociais), também podem ser representadas através do modelo desenvolvido. Neste caso o deslocamento da curva $g = 0$ para a esquerda é obtido por dois caminhos distintos e, idealmente, simétricos: redução do poder de repasse (h) e diminuição do grau de mobilização dos sindicatos (f). De fato, uma política de rendas negociada significa o compromisso das empresas de não elevarem seus preços além de um limite pré-estabelecido e possivelmente não demitir trabalhadores por um dado período de tempo, e o compromisso por parte dos sindicatos de não realizarem greves por um período igual. A rigor, os sindicatos estariam negociando uma redução no salário desejado em troca de maior estabilidade no emprego e dos preços.

Uma diferença importante entre congelamento e pacto social é que, no primeiro caso, o deslocamento da curva $g = 0$, se dá instantaneamente, devido à redução de h , enquanto que em políticas de pacto social, ele ocorre de forma lenta e gradual, através do processo de negociação, que deve atingir igualmente os dois atores sociais, reduzindo portanto h e f ao mesmo tempo.

Por outro lado, no caso de um congelamento, a curva is se desloca para a esquerda (devido aos argumentos apresentados na seção anterior) enquanto nos pactos sociais, a curva de equilíbrio do mercado de bens é inteiramente controlada pelo governo o que facilita sua utilização para gerenciar o comportamento da economia.

A figura 3 representa a dinâmica da economia após o congelamento de preços e salários. Note que se o controle sobre estas variáveis for eficaz, as setas referentes aos movimentos dos salários reais (que implicitamente dão o comportamento dos preços), representam variações nocionais, ou seja, a direção na qual a dinâmica endógena do sistema estaria pressionando a economia, e não o comportamento efetivo da economia.

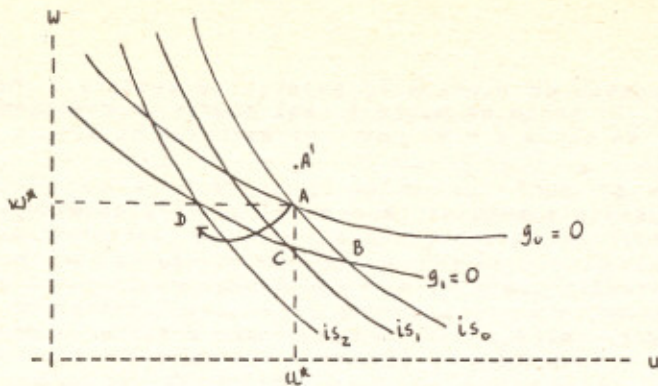


Figura 3

O deslocamento da curva $g = 0$ gera pressões deflacionárias pois no ponto A' (origem do processo de ajuste), o salário real é maior que aquele que faria com que o poder de barganha se anulasse. Se a curva is não se desloca, o novo ponto de equilíbrio será o ponto B . Neste ponto as firmas terão incentivos para demitir trabalhadores. Na nova posição de equilíbrio, os salários reais seriam menores e a taxa de desemprego maior.

Se, com o congelamento, a curva de equilíbrio de demanda fizer com que o novo equilíbrio se situe entre os pontos C e D , as firmas não terão incentivos para demitir, a taxa de desemprego tenderia a cair e, dependendo da magnitude do deslocamento da curva de equilíbrio de demanda e da curva $g = 0$, os salários reais poderiam cair ou aumentar. Se este deslocamento é tal que a curva is corta a curva $g = 0$ em um ponto acima de D , a taxa de desemprego cai e o salário real aumenta. Neste caso, é impossível evitar que a economia deixe de sofrer pressões inflacionárias antes de atingir o novo ponto de equilíbrio.

Em geral, pode-se dizer que quanto maior for o deslocamento da curva is relativamente ao deslocamento da curva $g = 0$ para a esquerda, mais difícil será evitar que as pressões deflacionárias que aparecem logo após a adoção do programa se revertam, como sugere a trajetória na figura 3, deslocando o sistema para uma região em que há pressões inflacionárias.

O aparecimento de pressões inflacionárias durante um congelamento de preços reduz a credibilidade no sucesso do Programa, gerando antecipação de gastos e especulação generalizada. Por outro lado, a redução da taxa de desemprego aumenta o poder de repasse dos setores mais competitivos e de controle mais difícil, intensificando a pressão inflacionária. Em termos gráficos, estes efeitos podem ser representados por constantes deslocamentos da curva is para a esquerda, o que torna cada vez mais difícil que a economia atinja a posição de equilíbrio.

Alguns aspectos podem ser destacados desta análise. Em primeiro lugar, a importante função que deve desempenhar as

políticas de demanda agregada nos planos de estabilização baseados em congelamentos de preços e salários. Segundo, deve-se levar em conta o comportamento dos atores sociais envolvidos (trabalhadores e empresários). Se a política de demanda agregada for muito austera, a taxa de desemprego tenderia a subir e o salário real a cair. Neste contexto, a atitude dos sindicatos de trabalhadores deverá ser de hostilidade aberta em relação ao programa, o que poderá implicar um deslocamento da função $g = 0$ para a direita, devido ao aumento do ativismo sindical. No caso contrário, o aumento de salário real e redução da margem de lucros poderá transformar os empresários nos principais adversários do programa. Note que, neste caso, dois aspectos devem ser considerados. Primeiro, o aumento efetivo de salário real e, segundo, a expectativa de que, com a continuidade do congelamento, a queda da margem de lucro continuará no futuro.

Em terceiro lugar, como o deslocamento da curva $g = 0$ é uma consequência da redução do poder de repasse dos aumentos de custos aos preços dos bens, quanto menos efetivo o controle de preços e salários, menos provável o sucesso do programa. Este resultado aponta para um aspecto importante e, ao mesmo tempo paradoxal das políticas de rendas não negociadas, baseadas em congelamento de preços e salários. A probabilidade de que sejam bem sucedidas está diretamente relacionada à sua capacidade de reduzir os salários reais e/ou aumentar a taxa de desemprego na economia. Este resultado é tão menos provável, quanto maior o poder de mobilização dos sindicatos dos trabalhadores e o poder de repasse dos aumentos de custos aos preços por parte das empresas.

As políticas negociadas, por outro lado, afetam direta e imediatamente a curva $g = 0$ apenas, deslocando-a para a esquerda. Na medida em que este deslocamento se dê gradualmente, a queda da taxa de inflação se daria de forma também gradual, não afetando a curva de equilíbrio de demanda. Neste contexto, a política de demanda se transforma no principal instrumento de política econômica do governo e deve ser gerenciada de forma a servir de suporte no processo de negociações, penalizando os grupos que se coloquem contra o programa, principalmente aqueles que não participem diretamente do processo de acordos.

É importante notar que a política de gerenciamento de demanda no caso de congelamento de preços e salários, deve ser geralmente mais austera que no caso de políticas negociadas pois, no primeiro caso, há forças endógenas ao funcionamento da economia que tendem a gerar aumentos da demanda agregada e deslocamentos da curva de equilíbrio de demanda, o que não ocorre em políticas negociadas.

A grande dificuldade neste contexto é tornar os atores sociais co-responsáveis pela política anti-inflacionária e, ao mesmo tempo, convencê-los de que os custos que por ventura ocorram devem ser vistos como perdas de curto prazo que serão revertidas no decorrer da implementação do programa. /° Em segundo lugar, e

É interessante notar que a co-responsabilidade dos atores sociais gera uma situação extremamente propícia ao sucesso de programas deste tipo. Como os progressos são lentos e graduais, existe uma permanente percepção de instabilidade em relação a seus resultados. Como um fracasso é prejudicial a todos os atores, estes tendem a adotar uma atitude cooperativa nas negociações para evitar que a instabilidade latente se manifeste de forma concreta.

talvez mais difícil, a penalização dos agentes sociais que não são diretamente controláveis pelas negociações é fundamental, caso estes passem a atuar de forma incompatível com a política. Em especial, os setores mais competitivos e os segmentos menos organizados do mercado de trabalho tendem a ser particularmente insensíveis a políticas de pacto social.

Finalmente, para o sucesso de planos negociados, as seguintes condições devem ser satisfeitas:

(a) que os agentes sejam representativos dos grupos sociais envolvidos,

(b) que o governo seja capaz de gerar co-responsabilidade no desenho e implementação da política, e tenha controle sobre os instrumentos de política macroeconômica;

(c) que o número de negociadores seja pequeno (isto é, que o sistema de representação seja centralizado) para gerar convergência de objetivos e instrumentos, e reduzir o número de free-riders, garantindo-se, ao mesmo tempo, a fiscalização entre os grupos representados;

(d) que seja estabelecido um processo de checagem, preferencialmente através do estabelecimento de prazos para novas negociações, prazos estes que devem ser relativamente curtos no caso de taxas de inflação excessivamente elevadas. Deve-se notar que quanto menor o prazo entre as negociações, maior a capacidade de reverter perdas e ganhos excessivos originados das negociações anteriores e maior a probabilidade de que estas sejam bem sucedidas;

(e) finalmente, deve-se notar que o aumento dos 'bens' a serem negociados, além do salário real e da taxa de desemprego, pode desempenhar um papel importante para o sucesso de um programa deste tipo. Condições de trabalho, regras de estabilidade no emprego, re-treinamento, programas de saúde, etc. são exemplos de bens que poderiam entrar nas negociações. Um aspecto importante que não deve ser menosprezado é que muitos destes bens, para serem negociados, exigirão a introdução do Legislativo no processo de negociação.

Há dois casos de programas de estabilização que merecem estudo mais cuidadoso. O primeiro refere-se às políticas que têm como principal objetivo a manutenção do pleno emprego. Neste caso, a curva de demanda agregada se torna vertical e, na medida em que as negociações reduzem o poder de mobilização dos sindicatos, aparece um trade-off entre manutenção do nível de emprego e salário real dos trabalhadores. Este seria o caso de programas em que os sindicatos estariam dispostos a negociar estabilidade no emprego por reduções do salário real.

O segundo caso tem pelo menos um precedente histórico em Israel onde, após o choque, houve um longo processo de barganha entre empresários, trabalhadores e o governo para acertar as bases da política salarial ao longo do plano. Este é um caso híbrido entre o congelamento e o pacto cuja vantagem é combinar o fator de surpresa, tão importante para derrubar a inércia, e as negociações que reduzem os efeitos da descontinuidade introduzida pelo choque.

5. Dualidade, Política de Rendas e Choques Heterodoxos

As chances de sucesso de uma política de rendas, mesmo negociada, diminuem acentuadamente em economias com setores competitivos e informais importantes. Como nestes setores os agentes são mais sensíveis às condições do mercado de produto e de trabalho, não respondem do mesmo modo que os agentes dos setores organizados em situações de pacto ou congelamento. Estes grupos escapam com facilidade dos aparatos de controle de preços e não participam de negociações de alto nível. De fato, são free-riders em potencial.

Por outro lado, o comportamento destes grupos tende a ser particularmente sensível a movimentos da demanda agregada. Logo, no que se refere a políticas de estabilização, os graus de liberdade na execução da política de demanda em uma economia 'heterogênea' ou 'dual' é mais restrito que em uma economia 'homogênea' pois este instrumento -- a política de demanda -- estará, em grande parte, voltada para o 'enquadramento' destes grupos.

A utilização da política de demanda como instrumento de controle dos setores competitivos e informais pode comprometer as chances de sucesso de políticas de rendas negociadas. Isto porque as variáveis em jogo no processo de negociação em geral também são afetadas pelo movimento da demanda agregada. O exemplo mais claro é o caso em que os sindicatos comprometem-se a restringir suas reivindicações salariais em troca de relativa estabilidade de preços e estabilidade no emprego. Se, para manter sob controle os setores informais, a política de demanda agregada tem que ser excessivamente restritiva, torna-se difícil para as empresas do setor formal manter o compromisso de não demitir durante o programa. A pressão para demitir devido a queda na demanda agregada pode comprometer o sucesso do programa.

Por outro lado, se há uma tendência expansionista e o governo não controla a demanda agregada (como no caso do Plano Cruzado), os preços e salários nos setores menos organizados e mais competitivos passam a crescer acima da média da economia, provocando modificações no processo de formação de rendas. ^{1*} Neste caso, os salários reais e as margens de lucro no setor organizado tentem a cair. Este problema é particularmente sério no caso de congelamento pois torna os setores líderes nos mercados de trabalho e de bens opostos naturais do programa de estabilização. O resultado será o aparecimento de ágios, deterioração na qualidade dos produtos e desabastecimento. Ao mesmo tempo, como uma grande parte da economia é não controlável através do congelamento de preços, a queda obtida no poder de repasse é pequena o mesmo ocorrendo com o deslocamento da curva $g = 0$, reduzindo a probabilidade de sucesso do programa.

^{1*}Para uma análise detalhada do comportamento dos setores menos organizados durante o Plano Cruzado e seu efeito sobre a distribuição de renda e os preços relativos ver Camargo & Ramos (1988) e Amadeo & Camargo (1988b).

No caso de políticas de pacto social, estes efeitos podem ser minorados na medida em que os setores competitivos e informais tenham seu comportamento influenciado pelo que ocorre nos setores oligopolizados e no segmento formal do mercado de trabalho.¹⁵ Se isto ocorre, a restrição de demanda necessária para enquadrar estes setores deverá ser menor que no caso de congelamento não negociado de preços e salários.

6. Neutralidade Distributiva e Estabilidade Macroeconômica

Políticas de estabilização baseadas em congelamentos de preços e salários, principalmente em casos em que a política de demanda é acomodativa, não são neutras do ponto de vista distributivo. Pelas razões apontadas nas seções anteriores,¹⁶ há uma tendência redistributivista a favor dos grupos de renda mais baixas. Este vies redistributivista pode comprometer a estabilidade macroeconômica do sistema.

Esta observação se baseia no fato de que a propensão a consumir dos grupos mais pobres é maior que a propensão média. A distribuição de renda a favor deste grupo tende portanto a reduzir a propensão média a poupar a partir dos salários (s_w), fazendo diminuir o parâmetro g da equação 5. O resultado é uma rotação anti-horária da curva is . Se esta rotação é suficientemente intensa, é possível que a curva is se torne menos inclinada que a curva $g = 0$, como desenhado na figura 4. Se isto acontece o ponto de equilíbrio se torna um ponto de sela, e as regiões A e B instáveis.

A região A é aquela na direção da qual o sistema tende a se dirigir devido à expansão da demanda. Esta região é caracterizada por queda na taxa de desemprego, pressões inflacionárias e crescimento dos salários reais, principalmente nos setores menos organizados. Como preços e salários nos setores organizados estão controlados, os salários reais neste setor tendem a crescer menos que aqueles do setor informal, e as margens de lucro tenderiam a cair nos setores oligopolizados.

¹⁵ Para uma análise de situações como estas, ver Camargo (1987).

¹⁶Ver Amadeo & Camargo (1988a) para um modelo formal dos efeitos distributivos de congelamentos de preços e salários.

¹⁷O efeito redistributivista ocorre não só porque os grupos de mais pobres defendem muito precariamente suas rendas da inflação, mas também porque há uma forte correlação entre o movimento dos rendimentos no setor informal do mercado de trabalho e aquele dos trabalhadores de baixa renda.

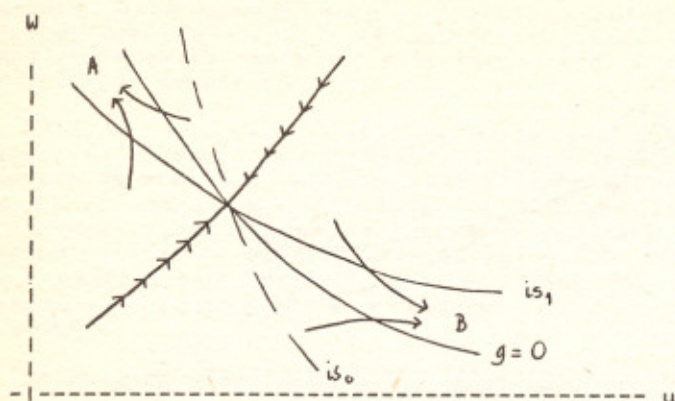


Figura 4

Este processo pode ser visto como uma estilização dos efeitos de um plano de estabilização baseado no congelamento de preços e salários, sem restrição sobre a demanda agregada. Depois de algum tempo, com o esmagamento dos lucros em algumas indústrias do setor organizado, e a crescente disparidade entre o movimento dos salários reais nos setores formal e informal do mercado de trabalho, há uma tendência a que os grupos mais organizados e relativamente desfavorecidos pelo programa oponham-se a ele. Com o fim do congelamento as firmas do setor mais organizado e oligopolizado procuram recuperar suas margens de lucro, o que torna a margem de repasse dos custos aos preços (h) maior que um.

A figura 5 representa o caso em que, sendo $h > 1$ devido ao descongelamento, modifica-se a dinâmica do sistema associada à região A da figura 4. Agora o crescimento dos salários nominais resulta na queda dos salários reais pois os preços passam a crescer mais rapidamente que os custos. A queda dos salários reais é acompanhada do crescimento do desemprego.

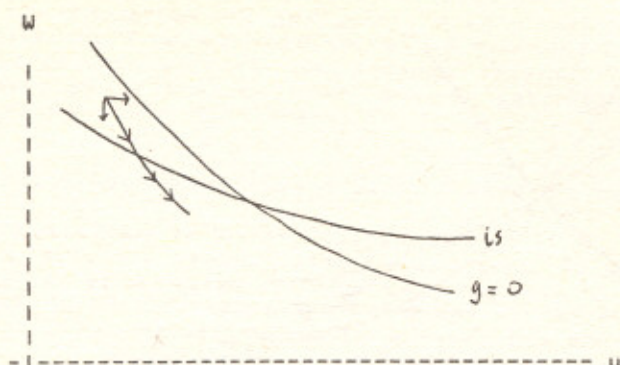


Figura 5

O fim do congelamento significa que sindicatos e firmas no setor mais organizado da economia voltam a assumir o papel de líderes. Sendo assim, não só as firmas nestes setores são capazes de recuperar suas margens de lucros neste período, mas a queda dos salários reais observada na figura 5 é muito mais indicativa do que ocorre com os rendimentos dos trabalhadores no setor informal do mercado de trabalho. Uma situação bastante próxima da vivida pela economia brasileira após o descongelamento de preços em janeiro de 1987.¹⁴

7. Algumas Observações Finais

O objetivo deste trabalho é fornecer subsídios para a avaliação de planos de estabilização baseados em políticas de rendas, negociados ou não. Ao longo do artigo, foram desenvolvidas algumas análises a partir de um modelo no qual conflito distributivo, indexação e demanda agregada se combinam para gerar a dinâmica inflacionária da economia. Nesta seção, são sumariados os resultados obtidos.

Observa-se que políticas de rendas baseadas em congelamentos de preços e salários têm um viés expansionista que gera pressões inflacionárias inconsistentes com um vetor de preços relativos fixo. Assim, ao contrário do que se supunha com base no modelo inercialista, uma política de demanda ativa pode ser um requisito fundamental para o sucesso deste tipo de políticas de estabilização.

Conclui-se ainda que políticas negociadas têm chance de

¹⁴ Ver Camargo & Ramos op. cit.

sucesso maior que políticas que tenham por base simplesmente o congelamento. Isto porque, como em geral as políticas de rendas não são totalmente neutras, há descontinuidades associadas aos programas que somente podem ser absorvidas pelos principais grupos sociais após uma negociação.

Em uma economia dual, a resposta dos grupos menos organizados pode comprometer o programa, principalmente no caso do congelamento de preços e salários. Daí a importância das políticas de demanda agregada para enquadrar os setores informais. Caso políticas restritivas não sejam implementadas para contrarestar o viés expansionista introduzido pelo congelamento, corre-se o risco de que a neutralidade distributiva do plano se veja totalmente comprometida, com sérios efeitos sobre a estabilidade macroeconômica.

Um aspecto importante a ser destacado, é que existe uma probabilidade não desprezível de que a política de demanda adequada para controlar o setor informal seja inconsistente com os objetivos de política necessários para manter o congelamento e/ou as negociações entre os setores do segmento organizado da economia. Esta inconsistência introduz um complicador adicional no caso das economias com um setor informal importante.

Os resultados obtidos com os choques heterodoxos até hoje implementados contradizem as expectativas que os antecederam, de terem efeitos rápidos, duradouros e indolores. Por outro lado, as experiências dos programas negociados sugerem que, apesar de sua aparente instabilidade, persistência e cooperação são ingredientes importantes para o sucesso de planos de estabilização.

Referências:

- Amadeo E. & Camargo, J. M. 1988.a "Labour mobilization and inflation", Mimeo, WIDER/UNU.
- Amadeo, E. & Camargo, J.M. 1988.b "The Brazilian experience with 'incomes policy': an analysis of the Cruzado Plan", Mimeo, WIDER/UNU.
- Amadeo, E. & Camargo, J.M. 1988.c "Garantia de emprego, produtividade e cooperação", Folha de São Paulo, 12/2/88.
- Amadeo, E. & Camargo, J. M. 1988.d "Garantia de emprego e negociações coletivas", Folha de São Paulo, 1/5/88.
- Amadeo, E. & Camargo, J. M. 1988.e "Estabilidade no Emprego: ameaça ao capital?", Ciência Hoje, agosto, 8(45).
- Arida, P. & Lara Resende, A. 1985. "Inertial inflation and monetary reform in Brazil". in J. Williamson (ed.) Inflation and indexation in Argentina, Brazil and Israel, MIT Press.
- Bacha, E. 1982. Análise macroeconômica: um texto intermediário, Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- Bacha, E. 1986. "A inercia e o conflito: o plano Cruzado e seus desafios", Texto para discussão,-- n. 131, PUC/RJ.
- Bacha, E. 1987. "Moeda, Inércia e Conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, 18(1), abril.
- Bhaduri, A & Marglin, S. 1987. "Conflict, cooperation and unemployment", Mimeo, WIDER/UNU.
- Bowles, S. & Boyer, R. 1987. "Income distribution, labour discipline, and unemployment", Mimeo, WIDER/UNU.
- Camargo, J. M. 1987. "Segmentação do mercado de trabalho e pobreza absoluta". Anais do Encontro Nacional sobre Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda. INPES/CEDEC. Rio de Janeiro.
- Camargo, J. M. 1988. "Inflação, congelamento de preços e ativismo sindical", Mimeo, PREALC/OIT.
- Camargo, J. M. & Ramos, C. A. 1988. A revolução indesejada, Rio de Janeiro: Campus.
- Dutt, A. K. 1984. "Stagnation, income distribution and monopoly power", Cambridge Journal of Economics, 8.
- Filgueira, C. 1988 "Organizaciones Sindicales y Empresariales ante las Políticas de Estabilización: Uruguay 1985-87", Mimeo, PREALC.

- Franco, G. 1987. "Inertia, coordination, and corporatism", Texto para discussão, Departamento de Economia, PUC/RJ.
- Frenkel, R. 1979. "Decisiones de precio en alta inflacion", Estudios CEDES, Buenos Aires.
- Lopes, F. 1984. "Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas", Revista da ANPEC, Rio de Janeiro.
- Marglin, S. 1984. "Growth, distribution and inflation", Cambridge Journal of Economics, 8(2).
- Marglin, S. & Bhaduri, A. 1987a. "Profit squeeze, stagnationist models, and Keynesian theory", Mimeo, WIDER/UNU.
- Marglin, S. & Bhaduri, A. 1986. "Distribution, capacity utilization, and growth", Mimeo, WIDER/UNU.
- Modiano, E. 1985a. "O repasse gradual: da inflação passada aos preços futuros", Pesquisa e Planejamento Economico, Rio de Janeiro.
- Modiano, E. 1986. "A inflação e a moeda indexada", Pesquisa e Planejamento Economico, Rio de Janeiro.
- Ros, J. 1988. "On inertia, social conflict, and the structuralist analysis of inflation", Mimeo, WIDER/UNU.
- Rowthorn, B. 1983. "Demand, real wages, and economic growth", Studi economicci.
- Rowthorn, B. & Glyn, A. 1987. "Coping with unemployment: some success stories", Mimeo, WIDER/UNU.
- Schor, J. 1985. "Changes in the cyclical pattern of real wages: evidence from nine countries", Economic Journal, 95.
- Steindl, J. 1952. Maturity and stagnation in American capitalism, New York: Monthly review Press.
- Tarantelli, E. 1983. "The regulation of inflation in western economies and the degree of neocorporatism", Economia, VII.
- Taylor, L. 1983. Structuralist macroeconomics, Basic Books.
- Taylor, L. 1987. "The real wage, output and inflation in the Third World", Mimeo, M I T

REFERENCES

Orden, D. (1986) "Money and Agriculture: The Dynamics of Money-Financial Market-Agricultural Trade Linkages", Agricultural Economic Research, Summer 1986, Vol. 38, No. 3, p. 26, ERS, USDA, Washington, D.C.

_____, Op. Cit., p.15.

Johnson, Paul R., T. Grennes, and M. Thursby, "Devaluation, Foreign Trade Controls, and Domestic Wheat Prices", Amer. J. Agri. Econ. Vol. 59, N. 4 (1977), p. 619.

-----, op. cit., p. 627.

Chambers, R. G., and R. E. Just, "A Critique of Exchange Rate Treatment in Agricultural Trade Models", Amer. J. Agri. Econ. (1979), Vol. 61, N. 2, P. 249-257.

Collins, K. J., W. H. Meyers, and M. E. Bredahl, "Multiple Exchange Rate Changes and U.S. Agricultural Commodity Prices", Amer. J. Agri. Econ.(1980), Vol. 62, N. 4, p. 656-665.

Chambers, R. G., and R. E. Just, "Effects of Exchange Rate Changes on U.S. Agriculture: A Dynamic Analysis". Amer. J. Agri. Econ.(1981), Vol. 63, N. 1, p.32-46.

Rausser, G. C., J. A. Chalfant, A. A. Love, and K. G. Stamoulis, "Macroeconomic Linkages, Taxes, and Subsidies in the U.S. Agricultural Sector", Amer. J. Agri. Econ.(1986), Vol. 68, N. 2, p.399-412.

Longmire. J. and A. Morey (1983) "Strong Dollar Dampens Demand for U.S. Farm Exports", Foreign Agricultural Economic Report, Number 193, ERS/USDA, Washington, D.C.

Mc Calla, A. F. and T. E. Josling (1985), Agricultural Policies and World Markets, MacMillan Publishing Company, New York, Ch. 4, pp.88-91.

-----, op. cit. pp. 65-68.